

# A Biblioteca Nacional e a memória digital do património bibliográfico português:

## a experiência da Biblioteca Nacional Digital

FERNANDA MARIA CAMPOS

### R E S U M O

A Biblioteca Nacional Digital (BND), serviço da Biblioteca Nacional para utilizadores à distância desde 2002, é analisada nas suas vertentes estratégica e de conteúdos. A análise contextualiza a BND no ambiente nacional e internacional e equaciona os principais desafios e oportunidades que, no futuro próximo, se oferecem às bibliotecas digitais, em geral, e à BND, em particular.

### A B S T R A C T

Biblioteca Nacional Digital (BND) is the National Digital Library, a service created in 2002 by the National Library of Portugal for the distant user. The aim of this article is to give an overview on the strategies and contents developed so far and to analyse the national and international environment concerning future trends and opportunities that digital libraries face in the near future and BND, in particular.

### PALAVRAS-CHAVE

BIBLIOTECAS DIGITAIS

BIBLIOTECA NACIONAL

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

## INTRODUÇÃO

O surgimento da Internet e das publicações digitais abriu uma nova era para todos aqueles que buscam informação, seja ela ocasional e efémera, seja ela persistente e consistente. Estudantes, professores, investigadores e cidadãos em geral podem obter um imenso manancial de recursos de informação a partir de um computador em rede, em qualquer parte do mundo.

Este novo ambiente traduziu-se, desde logo, numa mudança de paradigma editorial, passando-se do impresso para a dualidade de formatos impresso e electrónico. O impacto desta mudança nas bibliotecas foi muito grande, sobretudo nas bibliotecas de investigação, porquanto se tornou necessário pôr em marcha complexos mecanismos de transformação e conceitos, e espaços, recursos e serviços. A criação de novos esquemas para organizar a informação e o conhecimento dos novos recursos levou à criação de um conjunto vasto e variado de “bibliotecas digitais”, com grande expressão na segunda metade dos anos 90 do século XX e com uma liderança clara por parte dos EUA.

Porém, não é necessário que exista uma biblioteca física para que se constitua uma biblioteca digital. Muitos dos projectos que conhecemos hoje são experiências virtuais, tipicamente de agregação de informação digital sem que exista uma matriz impressa da qual representam a face digital.

Não foi só a nível da organização que a revolução digital foi aproveitada pelas bibliotecas. Adquirir, processar e dar acesso à informação nos novos suportes constituiu e constitui um grande desafio mas o novo paradigma trouxe também um desafio diferente às bibliotecas: criar documentos digitais a partir das suas próprias colecções “analógicas”, compreendendo-se nesta definição as colecções impressas, manuscritas, cartográficas, iconográficas, audiovisuais e outras.

Fundamentalmente as bibliotecas digitais assim criadas, isto é, combinando a organização e acessibilidade de recursos nado digitais e de recursos digitalizados, originam uma visão mais holística das bibliotecas e o aparecimento do conceito “biblioteca híbrida” (RUSHBRIDGE 1998). Por sua vez, BAWDEN e ROWLANDS (1999 p. 11) situam a biblioteca digital como «um espaço físico ou virtual, ou uma combinação de ambos, em que uma proporção significativa dos recursos disponíveis ao utilizador desse serviço, existe apenas em forma digital». Ao contrário da “biblioteca digital” total, afirmam os mesmos autores (p. 13) que a biblioteca híbrida não assume que a passagem de todos os materiais para formato digital seja possível ou mesmo desejável.

Assim, as bibliotecas digitais que hoje se integram nas bibliotecas tradicionais oferecem um conjunto mais ou menos variado de colecções de documentos e de serviços associados, mas não a sua totalidade. Essas bibliotecas digitais são uma parte fundamental da infra-estrutura da bibliotecas (ou, pelo menos, devem tendencialmente ser consideradas como tal) e têm um grande impacto nas bibliotecas enquanto instituições, aumentando a acessibilidade aos recursos e diversificando os recursos disponíveis que se apresentam, no âmbito digital, em contextos agregadores e explicativos, tais como as exposições virtuais e os sítios temáticos.

Nesta visão deverá estar sempre presente o interesse do utilizador – investigador, professor, estudante ou cidadão em busca de informação, dependendo do tipo de público-alvo que a biblioteca tradicionalmente servia e numa perspectiva o mais ligada possível com a de outros produtores de recursos, sejam eles autores, outras bibliotecas e também arquivos e museus, sempre que as colecções digitais a disponibilizar possam beneficiar de uma aproximação conjunta e complementar que tornará ainda mais interessante para o utilizador o conteúdo da biblioteca digital.

## PERSPECTIVA DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS NA ERA DIGITAL

Face a esta visão da biblioteca digital e da biblioteca híbrida, qual o papel de uma biblioteca nacional na era digital? De que forma deverá uma biblioteca nacional facilitar a construção de serviços digitais nacionais? Seguindo de perto o enunciado proposto por WARWICK CATHRO (2000), podemos afirmar que o papel das bibliotecas nacionais envolve:

- Reunir e preservar o património bibliográfico nacional.
- Estabelecer as infra-estruturas necessárias para um serviço bibliográfico nacional que registe, processe, difunda e torne acessível o património bibliográfico, corrente e retrospectivo.

Os desafios que o património digital coloca às bibliotecas nacionais têm, sobretudo, a ver com as seguintes questões:

- Seleccionar (ou não) os recursos digitais, com e sem formato físico, de modo a garantir uma colecção nacional também de recursos digitais.
- Descrever e processar bibliograficamente os recursos digitais, criando os metadados necessários à sua recuperação.
- Preservar, para o futuro, a colecção de recursos digitais e digitalizados.

- Garantir o acesso às colecções digitais e não digitais, gerindo e controlando as condições de acessibilidade, nomeadamente no que respeita aos direitos de autor.

Como se vê, os desafios parecem, em tudo, idênticos às tarefas inerentes à missão tradicional das bibliotecas nacionais. Mas a verdade é que comportam em si, pela natureza do documento digital, novos conceitos de colecção, de descrição bibliográfica, de pesquisa, de acessibilidade e de preservação, que implicam reorganização de processos, novas dinâmicas de gestão de recursos, competências múltiplas dentro da instituição e, no limite, uma projecção da imagem do que é uma biblioteca nacional do século XXI com características diversas do que tradicionalmente se lhe reconhecia. Se pensarmos que o contexto que está em causa é a situação de “biblioteca híbrida”, ou seja, em que se mantêm os processos organizativos, descritivos, de acessibilidade e preservação próprios dos documentos em papel, haverá que reconhecer que não se trata de juntar às colecções mais uns recursos, desta feita digitais, tal como sucedeu no passado com os materiais não livro. Agora há um paradigma diferente em que o contacto com a informação se processa num ambiente virtual, em rede, a partir do posto de trabalho, permanente ou ocasional, do utilizador que poderá nunca entrar na biblioteca com paredes e frequentar apenas a biblioteca digital.

#### A BIBLIOTECA NACIONAL E A BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL: CARACTERÍSTICAS E BALANÇO DE UM PROJECTO

A Biblioteca Nacional Digital (BND) foi lançada, oficialmente, em Fevereiro de 2002 como um projecto de dimensão aberta visando «estruturar um conjunto de instrumentos e de operações facultadas pelas chamadas tecnologias da informação e da comunicação» e contemplando, em primeira instância, «conteúdos previsível e usualmente procurados pela comunidade dos leitores de uma biblioteca nacional. Tais conteúdos responderão, assim, a expectativas de acesso, privilegiando-se, sobretudo, as chamadas fontes documentais» (BIBLIOTECA NACIONAL 2002 p. 12-13)

No momento da sua criação, a BND (<http://bnd.bn.pt>) integrava já alguns conteúdos anteriormente desenvolvidos (desde 1998) como:

- Exposições virtuais (com destaque para os sítios *Almeida Garrett* (<http://purl.pt/96>), *António Feliciano de Castilho* (<http://purl.pt/95>), *Eça de Queirós* (<http://purl.pt/93>) e *A Cartografia Setecentista do Brasil* (<http://purl.pt/103>))

- Sítios temáticos, especialmente *25 de Abril: da efemeridade à história* (<http://purl.pt/94>) e *Viagens dos Portugueses: o Brasil* (<http://purl.pt/162>)

Arrancava, também, um programa de produção de conteúdos destinado a constituir um conjunto coerente e orientado com a designação Construção da Memória, série que tem vindo a disponibilizar, em formato electrónico, documentos fundamentais entendidos como elementos estruturantes da identidade cultural portuguesa, subdividindo-se em várias “memórias”: História, Língua, Literatura, Ciência, Educação, Arte, Direito, Espaço, Pensamento, Música e Livro (<http://purl.pt/401>).

A estes núcleos veio juntar-se um outro constituído pelas Edições da BN. Trata-se de recursos digitalizados a partir de publicações editadas pela BN, tendo-se começado pelas mais antigas e/ou pelas esgotadas.

A série Tesouros da Biblioteca Nacional, iniciada em Janeiro de 2004, é um recurso em continuação pois todos os meses se acrescenta um novo tesouro, escolhido entre as várias colecções da BN: livros, jornais, cartazes, gravuras, música impressa e manuscrita, mapas, manuscritos, etc. (<http://purl.pt.369>)

Para além de materiais digitalizados seleccionados de acordo com as séries atrás mencionadas e, portanto, devidamente contextualizados e/ou descritos, procurou-se também que a BND fosse o repositório dos materiais nado digitais sem suporte físico e publicados no domínio pt.

Não existindo obrigação legal para o seu depósito, pois a lei existente de depósito legal é dos anos 80 do século XX e não contempla, obviamente, tais documentos, aquilo que hoje se disponibiliza na BND é uma pequena amostra do que é editado na Web e a sua divulgação na BND está devidamente autorizada pelos respectivos autores.

Nestas várias frentes de trabalho sobressaem alguns aspectos estratégicos que convém realçar:

**Seleção** – Os conteúdos são escolhidos em função da sua relevância para a série em que se incluem e o processo de selecção tem, em muitos casos (nomeadamente os sítios que resultam de parcerias com outras instituições, as exposições virtuais e a série Construção da Memória), a participação de reconhecidos especialistas. Esse critério de relevância é sempre cruzado com os direitos de autor e o estado de conservação da espécie original, por forma a que sejam apenas divulgadas na Web obras que estão em domínio público (ou para as quais exista autorização

expressa) e espécies que não possam ser danificadas no processo de digitalização.

**Pesquisa e metadados** – Todos os recursos têm o seu registo de metadados associados, através da PORBASE, pelo que quem pesquisa a base de dados encontra a ligação para o PURL<sup>1</sup> da obra digital. O inverso também é verdadeiro: quem pesquisa na BND pode saltar para o registo bibliográfico da PORBASE e/ou ver outros registos relacionados com o assunto, o autor ou o título que foi originalmente procurado na BND.

A reciprocidade tem óbvias vantagens:

- cria um ambiente integrado de pesquisa, não obrigando o utilizador a consultar dois catálogos em linha;
- utiliza, com redução de custos e benefícios na descrição bibliográfica, o registo catalográfico elaborado para a obra (seja do original analógico ou do digital) como estrutura de metadados para a pesquisa em ambiente Web;
- associa ao recurso digital um identificador persistente (PURL) que funciona como cota da obra, permitindo a sua localização na BND a longo prazo.

Se conferirmos estas características práticas da BND com aquelas que atrás indicámos, em termos teóricos – selecção, descrição, preservação e acessibilidade – verificamos que na estrutura e conteúdos da BND se replicaram os princípios normativos e a missão que a BN, como biblioteca nacional, tem implementado para as suas colecções tradicionais.

Ainda nos falta, porém, resolver a contento outros desafios, porventura mais complexos, e que, nalguns casos, nos ultrapassam.

## A BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL: DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Numa perspectiva de cima para baixo, vamos analisar os principais desafios de gestão e desenvolvimento da BND para os próximos anos, apoiando-nos em conclusões apontadas em recentes documentos da Comissão Europeia e de projectos europeus como o MINERVA<sup>2</sup>:

### **Reconhecimento e responsabilização a nível governamental**

Cada vez mais se torna imprescindível que o Governo, os dirigentes e demais responsáveis encarem as bibliotecas digitais, nomeadamente as de âmbito nacional, como a BND, como centros de recursos culturais e científicos que necessitam

apoio continuado para que sejam preservados para o futuro os recursos que hoje são criados e disponibilizados via Internet. Para tal, é necessário que o tema “preservação digital” faça parte das agendas nacional e europeia, estabelecendo-se um esquema de responsabilidades partilhadas e claramente delegadas em organismos nacionais e sectoriais.

A Biblioteca Nacional, com a experiência adquirida através da gestão da BND, está disponível para assumir responsabilidades inerentes ao estabelecimento de uma política nacional para o digital.

### **Passar da teoria à prática**

Existem muito poucos resultados práticos sobre a implementação de novos serviços electrónicos para o cidadão. Esta constatação não é só válida para Portugal; é afirmada recorrentemente pela Comissão Europeia que recomenda e pretende vir a apoiar no programa i2010 – Bibliotecas Digitais, soluções práticas que façam evoluir a situação de uma posição centrada na investigação teórica para a criação de serviços baseados em boas práticas.

No caso da BND, que conta ainda com actualmente (Dezembro de 2004) com cerca de 2800 obras disponíveis, começou-se por adquirir experiência prática na criação de recursos de natureza vária (digitalização de materiais diversos, criação de sítios temáticos, etc.), acompanhando o movimento, sobretudo de outras bibliotecas nacionais, de divulgação em linha os seus tesouros. No entanto, procurou-se, com maior determinação a partir de 2004, investir nos desenvolvimentos tecnológicos que suportassem serviços permanentes ao público. Para tal, foi fundamental a parte de investigação e acompanhamento participativo em projectos e iniciativas cooperativas<sup>3</sup> que permitiram aos técnicos da BN a aquisição de conhecimentos e boas práticas indispensáveis para a prossecução do projecto BND.

### **Coordenação nacional e internacional**

É fundamental que a política nacional e internacional sobre bibliotecas digitais identifique instituições que possam coordenar a gestão do património digital. A Comissão Europeia tem vindo a desenvolver esforços para estimular uma infra-estrutura de cooperação entre os Estados-membros, eventualmente com financiamento para áreas específicas, por forma a desenvolver alianças estratégicas que evitem duplicação de esforços, permitam a partilha de resultados

e experiências e promovam normas e boas práticas<sup>3</sup>. Porém, a coordenação europeia exige que, em primeiro lugar, haja coordenação e políticas nacionais sobre o património digital em cada país. É, pois, urgente “fazer o trabalho de casa”, envolvendo diferentes parceiros para diferentes níveis de responsabilidade, desde o sector cultural aos centros de investigação, passando pela indústria, instituições oficiais e privadas ligadas à gestão de património, etc.

A falta de coordenação a nível nacional é, infelizmente, bastante comum nos países da Comunidade, o que faz com que os esforços individuais de instituições, públicas ou privadas, no domínio da digitalização, não tenham articulação entre si, por muito mérito que possam ter, desperdiçando investimentos que, se coordenados, evitavam duplicações e/ou adopção de práticas erradas.

Quanto aos nado digitais, também a falta de coordenação se faz sentir, de forma até mais aguda, porquanto o desaparecimento de muitos conteúdos que existem apenas no hiperespaço e são retirados sem que deles fique uma cópia de arquivo, é um dado preocupante e significa a perda progressiva da nossa memória mais próxima.

A coordenação de nível nacional pode igualmente ser responsável pelas políticas de orientação e selecção de propostas de financiamento, pela avaliação e monitorização da formação técnica e transmissão de saberes, bem como pela disseminação de resultados. Já a nível europeu, uma possível agência coordenadora financiada pela Comunidade Europeia, poderia ser útil na concatenação dos esforços nacionais, na criação de uma rede de instituições nacionais e organismos internacionais envolvidos, no financiamento de projectos importantes, na coordenação geral e orientação de políticas de preservação e de acessibilidade.

### Aspectos legais

A nível europeu e a nível nacional, os aspectos legais que requerem melhoria nos próximos anos e adaptação ao contexto digital são, sobretudo, os direitos de autor e direitos conexos e a liberdade de acesso à informação.

Qualquer destas questões poderia ser objecto de, pelo menos, um artigo individual. Não é nossa intenção explorar a fundo as implicações que os aspectos legais têm na constituição de bibliotecas digitais e na BND, em especial. Até ao presente tem-se procurado digitalizar, sobretudo, materiais já no domínio público.

Quando os materiais ainda têm direitos autorais associados mas são importantes

para a compreensão de determinado contexto temático, digitalizam-se também mas ficam apenas acessíveis para consulta interna na BN.

Esta mesma linha de acção é prosseguida para os nado digitais depositados na BN: se houver autorização expressa do autor/produzidor para a sua acessibilidade ficam disponíveis na rede. Se não se obtiver autorização, condiciona-se o acesso apenas dentro da BN.

O problema da definição e protecção de direitos de autor e no contexto da Internet é um problema que ainda não se conseguiu resolver a contento de todas as partes (autores, produtores, bibliotecas, outras entidades depositárias de materiais digitais e público em geral). No que diz respeito à Comissão Europeia, está previsto que no próximo programa-quadro se dê particular atenção a este problema porquanto já se percebeu que uma legislação muito restritiva pode ser um obstáculo à acessibilidade aos conteúdos culturais. A palavra de ordem terá de ser a procura do equilíbrio entre a protecção dos direitos e a liberdade de acesso à informação.

Tendo em conta a crescente produção de informação digital, em todos os aspectos da vida do cidadão, haverá também que consciencializar governos, instituições e cidadãos em geral, para a questão da preservação dessa informação a longo prazo, estabelecendo-se, a nível europeu, os requisitos básicos para a preservação dos principais produtos da administração pública.

A jusante, encontraremos certamente nos próximos anos iniciativas europeias e nacionais que consolidem políticas de arquivo e gestão de documentos e constituição de repositórios digitais de confiança. Estes aspectos levam-nos a uma questão que está no cerne de toda esta problemática de gestão, preservação e acessibilidade dos conteúdos digitais e que, obviamente, afecta também o presente e o futuro da BND: a questão do financiamento.

### Aspectos financeiros

É comum afirmar-se que a digitalização é um processo barato, com produtos finais que podem ter grande qualidade e, certamente, com um potencial de acessibilidade universal – quando colocados em rede – que outros processos de difusão da informação não têm.

Quando se pensa em digitalização enquanto modo de obter algumas imagens mais ou menos atractivas (e o património bibliográfico pode oferecer múltiplas hipóteses), a afirmação está correcta. Falámos, atrás, dos sítios temáticos criados

na BND e, nesse contexto, a digitalização dos conteúdos foi uma das tarefas mais baratas que se executaram.

Quando se dimensiona grande quantidade de informação, textual, sonora, de imagem fixa ou em movimento, e quando se pretende que esses conteúdos sejam devidamente pesquisáveis e recuperáveis por motores de busca, já temos uma estrutura diferente em que o objecto digital compreende o processo de digitalização propriamente dito, mais os metadados associados ao objecto que permitirão a sua pesquisa, mais a infra-estrutura de acessibilidade e finalmente a estrutura de arquivo a longo prazo.

É, pois, este conjunto que faz disparar os preços da digitalização e que leva a que a quantidade de conteúdos digitais disponibilizados por parte das bibliotecas, com especial destaque para as nacionais, de quem se espera sempre um papel mais activo neste domínio, seja ainda incipiente.

Num recente documento de trabalho da Comissão Europeia [COM (2005) 465 final, p. 5] refere-se: «Presentemente, só uma pequena parte das colecções europeias foi digitalizada. As actividades de digitalização existem em todos os Estados-membros mas os esforços são fragmentados e o progresso tem sido relativamente lento. Tal foi assinalado aquando do anúncio da iniciativa do Google de digitalizar 15 milhões de livros pertencentes a quatro grandes bibliotecas nos EUA e uma na Europa. Se for realizada como prevista, a iniciativa do Google excede, de longe, os esforços feitos a nível nacional em cada Estado-membro».

Note-se que, no caso da BND, foi possível dispor de financiamento no âmbito do Programa Operacional da Cultura para levar a cabo, em 2004, uma campanha de digitalização que permitiu chegar-se quase ao meio milhão de imagens. Em termos de colecções (a BN tem cerca de 2,5 milhões de obras) significa cerca de 20 mil obras que ficarão disponíveis.

Para obstar a este lento progredir, a Comissão Europeia propõe uma estratégia: **digitalizar uma vez, distribuir globalmente**. Esta estratégia baseia-se na verificação da descoordenação de esforços de que já falámos atrás. Digitalizar várias vezes as mesmas obras ou colecções deve ser evitado e a única forma de obstar a esta realidade é criar estruturas de coordenação efectivas a nível europeu e nacional, encorajando a utilização de boas práticas e apoiando iniciativas que visem, por um lado, melhorar e tornar mais acessíveis os custos de digitalização e de preservação digital e, por outro lado, incentivar projectos que envolvam parceiros

da indústria no sentido de promover soluções técnicas avançadas e a criação de centros de competência sobre digitalização e preservação.

A Comissão Europeia propõe-se apoiar financeiramente projectos que contemplem estes aspectos de forma a acelerar os esforços de digitalização, preservação digital e acessibilidade ao património cultural europeu. No entanto, não apoiará a organização e o financiamento da digitalização, propriamente dita, das colecções culturais, entendendo ser essa uma responsabilidade dos Estados-membros.

## CONCLUSÃO

Em resumo, a visão que procuramos estabelecer para a BN e a BND passa, necessariamente, pelos seguintes aspectos:

- Consolidação do papel da BN como unidade de referência, a nível nacional, no que diz respeito à digitalização e preservação digital. Neste domínio, é importante referir que a BN está devidamente reconhecida pela estrutura do Programa Operacional da Cultura como a entidade que dá apoio técnico e garante o acompanhamento dos projectos de digitalização propostos por entidades públicas ou privadas, de conteúdos de natureza bibliográfica e apoiados financeiramente por aquela estrutura. Trata-se de um ensaio de coordenação de esforços que pretendemos expandir de forma a garantir que a BN possa ser, oficialmente, um centro de competências em digitalização dando orientações técnicas, boas práticas, apoio e coordenação às actividades existentes e emergentes da digitalização. A meta será aquela que propõe a Comissão Europeia e que recordamos: digitalizar uma vez, distribuir globalmente.
- Participação em iniciativas de colaboração internacional, sobretudo europeias e com países da CPLP. Nesta linha de acção há uma grande continuidade em relação ao que se tem vindo a desenvolver. Como já se referiu, a BN participou activamente em projectos na área do digital desde o primeiro momento. Foi o caso do projecto NEDLIB, mais recentemente do TEL, da DELOS e do MINERVA (neste caso em associação com a Secretaria-Geral do Ministério da Cultura). Avizinha-se um conjunto de acções no âmbito da iniciativa i2010 – Digital Libraries, em que procuraremos participar. É urgente também que, na perspectiva de competências que a BN tem vindo a adquirir, se possam dimensionar projectos de digitalização de conteúdos em colaboração com países

da CPLP. Para já, está em negociações uma parceria com a Biblioteca Nacional de Angola para digitalização de colecções documentais de interesse para o património deste país.

A meta será, por conseguinte, por um lado contribuir com conteúdos para o património cultural europeu e, por outro lado, apostar em conteúdos que sejam contributo para o património cultural da língua portuguesa.

- Estabelecer um plano de disponibilização de conteúdos na BND que documente a riqueza, importância e variedade das colecções da BN e se aproxime dos interesses do utilizador/investigador e do cidadão informado. Neste domínio, e apesar de vários projectos que já vimos prosseguindo em parceria com centros de investigação académicos, haverá que ultrapassar a fase de mostrar o que é mais belo ou mais raro nas colecções da BN para a fase de construir verdadeiras colecções, o mais completas possível, que sob diferentes temas ou em torno de diferentes tipos de suportes, possam fornecer o máximo de informação quer a quem pretende fazer um trabalho de investigação quer a quem procura, meramente, obter conhecimento.

A meta, a mais curto prazo, será o inventário e digitalização do património bibliográfico (séculos XV-XVIII) no âmbito do projecto Patrimonia, com financiamento do POC e a decorrer no ano de 2006, mas outras colecções se deverão constituir a médio prazo, mercê da digitalização dos microfílm de jornais portugueses e continuação da digitalização das colecções especiais de iconografia, música e cartografia, bem como de espólios literários integrados no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (<http://acpc.bn.pt>).

Avançaremos também com dois projectos na Área da Acessibilidade, visando a digitalização e disponibilização dos livros sonoros que, ao longo de dezenas de anos, foram gravados na BN tendo como destinatários os leitores com deficiência visual.

- Garantir a sustentabilidade técnica e financeira da BND, procurando estabelecer parcerias com a indústria e a sociedade civil, respectivamente. Este aspecto que deixámos para o fim é, afinal, o corolário de toda a construção e desenvolvimento da BND. Compete-nos identificar potenciais parceiros, desenvolver modelos de financiamento e aproveitar projectos e fundos comunitários sempre que possível para que a BND cresça e se consolide. Os projectos que apontámos no ponto anterior são exemplos dessa política.

Tal como aconteceu com a PORBASE no final dos anos 80, a BN pretende estruturar a BND como um serviço nacional, disponibilizando desta feita não só a referência do documento mas o próprio documento.

Os desenvolvimentos tecnológicos que suportam a estrutura da BND estarão disponíveis para outras instituições (aqui também como acontece na PORBASE) a fim de que a visão que se pretende de uma construção partilhada e concertada do património bibliográfico digital se traduza num acesso global ao Conhecimento.

## NOTAS

<sup>1</sup> PURL – Persistent Uniform Resource Locator

<sup>2</sup> Cfr. bibliografia anexa.

<sup>3</sup> Referimo-nos, nomeadamente, aos projectos TEL – The European Library ([www.TheEuropeanLibrary.org](http://www.TheEuropeanLibrary.org)), MINERVA – Ministerial Network for valorising activities in digitisation (<http://www.minervaeurope.org>) e DELOS – Network of Excellence (<http://www.delosnoe.org>)

## BIBLIOGRAFIA

BAWDEN, D.; ROWLANDS, I. – *Understanding digital libraries: towards a conceptual framework*. Boston Spa: British Library – Research an Innovation Centre, 1999. (R&I Report; 170).

BORGMAN, C. L. – *From Gutenberg to the global information infrastructure: Access to information in the networked world*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000.

CATHRO, Warwick S. – *Digital libraries: a national library perspective*. Canberra: National Library of Australia, 2000. Disponível na Internet em: <<http://www.nla.gov.au/nla/staffpaper/cathro4.html>>.

CENL (Conference of European National Libraries) – *Luxembourg Resolution on digitisation of European Cultural Heritage: approved by the CENL Executive Committee, December 5<sup>th</sup> 2005*. Documento de divulgação restrita.

COMISSÃO EUROPEIA – *Dynamic Action Plan for the EU co-ordination of digitisation of cultural and scientific content (14 Nov. 2005)*. Disponível na Internet em: <<http://www.minervaeurope.org/publications.htm>>.

COMISSÃO EUROPEIA – “2010 Digital Libraries”: *Commission staff Working Document 7 October 2005*. (Com (2005) 465 final).

COMISSÃO EUROPEIA – *The Lunch Action Plan (25 Jun. 2002)*. Disponível na Internet em: <[www.cordis.lu/ist/directoratee/digicult/lund/htm](http://www.cordis.lu/ist/directoratee/digicult/lund/htm)>.

DELOS WORKING GROUP ON DIGITAL ARCHIVING AND PRESERVATION – *Invest to save: report and recommendations (2003)*. Disponível na Internet em: <<http://delos-noe.ici.pi.cnr.it/activities/internationalforum.pdf>>.

LAGOZE, C.; FIELDING, D. – “Defining collections in distributed digital libraries”. *D-Lib Magazine*, Nov. 1998. Disponível na Internet em: <<http://www.dlib.org/dlib/november98/lagoze/11lagoz.html>>.

LYNCH, C. – “Digital collections, digital libraries and the digitization of cultural heritage information”. *First Monday*, 7(5)2002. Disponível na Internet em: <[http://www.firstmonday.dk/issues/issue7\\_5/lynch/](http://www.firstmonday.dk/issues/issue7_5/lynch/)>.

MICHAEL (Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe). Disponível na Internet em: <[www.michael-culture.org](http://www.michael-culture.org)>.

MINERVA (Ministerial Network for valorising activities in digitisation) – *Digitising content together: activities 2003-2004*. Disponível na Internet em: <<http://www.minervaeurope.org/publications.htm>>.

MISSIGHAM, Roxanne – *What makes libraries relevant in the 21<sup>st</sup> century?: Measuring digital collections from three perspectives*. Canberra: National Library of Australia, 2003. Disponível na Internet em: <<http://www.nla.gov.au/nla/staffpaper/2003/missingham2.html>>

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Biblioteca Nacional Digital*, 2002. Acessível em: <<http://bnd.bn.pt>>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Biblioteca Nacional: orientações estratégicas e Biblioteca Nacional Digital*. Lisboa: BN, 2002.

RUSHBRIDGE, C. – “Towards the hybrid library”. *D-Lib Magazine*, July-August 1998. Disponível na Internet em: <<http://www.dlib.org/dlib/July98/rushbridge/07rushbridge.html>>.

TEL (The European Library). Disponível na Internet em: <[www.TheEuropeanLibrary.org](http://www.TheEuropeanLibrary.org)>.